

## Referências bibliográficas

- ABRAMS, P. Notes on the difficulty of studying the state. *Journal of Historical Sociology*, v. 1, n. 1, p. 58-89, 1988.
- ARENDDT, H. *Sobre a revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T.M.C. Vinte anos da Convenção de Belém do Pará e a Lei Maria da Penha. *Revista de Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, 2015.
- BARTHE, Y. Elementos para uma sociologia da vitimização. In: RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. *Políticas etnográficas no campo da moral*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- BARTHE, Y. *Les retombées du passé*. Le paradoxe de la victime. Paris : Le Seuil, 2017.
- BARTHE, Y.; BESNIER, J.M.; et al. *Au cœur des controverses: des sciences à l'action*. Paris: Actes Sud, EHESS, 2015.
- BOLTANSKI, L. *L'Amour et la justice comme compétences*. Trois essais de sociologie de l'action. Paris: Éditions Métailié, 1990.
- BRAGAGNOLO, R.I. *Experiências e lições em uma vara Criminal e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra Mulher em Santa Catarina*. Tese (Doutorado em Psicologia). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.
- BRIGGS, C.L. *Learning how to ask*. A sociolinguistic appraisal of the role of the interview in social science research. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- BRITO, N. M. S. *Ainda sobre a Lei Maria da Penha: uma tentativa de pacificação dos conflitos hermenêuticos à luz da jurisprudência dos tribunais superiores*. Tribunal de Justiça da Bahia, 2016. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/portal/wp-content/uploads/2017/10/ainda-sobre-a-lei-maria-da-penha-uma-tentativa.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2019.

- BRUCKNER, P. *A Tentação da Inocência*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BUTLER, J. *Dar cuenta de sí mismo*. Violencia ética y responsabilidad. Buenos Aires: Amorrortu, 2009.
- BUTLER, J. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *Cadernos Pagu*, 21, p. 222-260, 2003.
- CAMPOS, C. H. (org.) *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- CAMPOS, C.H. A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da Lei Maria da Penha. *Revista de Estudos Feministas*, v. 23, n. 2, 2015.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Tempo Brasileiro, 2000.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. Existe “violência” sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 135-146, 2008.
- CARDOZO, F. *Moralidades e Políticas Públicas: agenciamentos em torno de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes no Marajó/ PA*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.
- CARRARA, S.; VIANNA, A.R. B.; ENNE, A.L. Crimes de Bagatela: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, M.(org.) *Gênero e cidadania*. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero/ Unicamp, p. 71-106, 2002.
- COMMAILLE, J. *A quoi nous sert le droit?* Paris : Editions Gallimard, 2015.
- COMMAILLE, J.; KALUSZYNSKI, M. (orgs.) *La fonction politique de la justice*. Paris: La Découverte/Pacte, 2007.
- COMMAILLE, J.; DUMOULIN, L. Heurs et malheurs de la légalité dans les sociétés contemporaines. Une sociologie politique de la “judiciarisation”. *L'Année sociologique*, n. 59, p. 63-107, 2009/1.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Justiça Pesquisa: Direitos e garantias fundamentais*. Entre práticas retributivas e restaurativas: a Lei Maria da Penha e os avanços e desafios do Poder Judiciário, 2018.

CORRÊA, M. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CORRÊA, M. *Morte em família*. Representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORTIZO, M.C.; GOYENECHE, P.L. Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 102-109, jan./jun. 2010.

DAS, V. Violence, Gender, and Subjectivity. *Annual Review of Anthropology*, n. 37, p. 283-299, 2008.

DAS, V.; POOLE, D. (org.) *Anthropology in the Margins of the State*. New Delhi: Oxford Press University, 2004.

DEBAUCHE, A.; HAMEL, C. Violence des hommes contre les femmes: quelles avancées dans la production des savoirs? *Nouvelles Questions Féministes*. Revue Internationale francophone, v. 32, n. 10, p. 4-14, 2013.

DEBERT, G. G. Arenas de conflitos éticos nas Delegacias Especiais de Polícia. *Primeira Versão*, IFCH/Unicamp, n. 114, nov. 2002.

DEBERT, G. G. Conflitos éticos nas delegacias de defesa da mulher. In: DEBERT, G.; GREGORI, M. F. (orgs.). *Gênero e distribuição da justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças*. Campinas: Pagu, Núcleo de Estudos de Gênero, 2006, p. 13-56 (Coleção encontros).

DEBERT, G. G. Desafios da politização da Justiça e a Antropologia do Direito. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 53, n. 2, p. 475-492, 2010.

DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, M. B. de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a violência doméstica. *Cadernos Pagu*, 29, p. 305-337, 2007.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M.F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 165-211, 2008.

DELEUZE, G. Qu'est-ce que c'est un dispositif? In: *Michel Foucault, philosophe*. Rencontre Internationale. Paris: Seuil, 1989, p. 185-195.

DERRIDA, J. *Força de lei*. O fundamento místico da autoridade. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DIGNEFFE, F.; PARENT, C. La Médiation face aux situations de violence contre les conjointes: quelques éléments à verser au débat. In: CARTUYVELS, Y. et al. (ed.). *Politique, police et justice au bord du futur*. Montréal: L'Harmattan, 1998, p. 153-169.

DUARTE, A.M. Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração. In: ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ELIACHEFF, C.; LARIVIÈRE, D. S. *O tempo das vítimas*. São Paulo: Editora FAP- UNIFESP, 2012.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R.I.; SHAW, L.L. *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago, London: University of Chicago Press, 1995.

FASSIN, D. L'ordre moral du monde. Essai d'anthropologie de l'intolérable. BOURDELAIS, Patrice ; FASSIN, Didier (orgs.). *Les constructions de l'intolérable*. Paris: La Découverte, 2005, p. 17-50.

FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *L'empire du traumatisme*. Enquête sur la condition de victime. Paris: Flammarion, 2007.

FASSIN, D. *La raison humanitaire*. Une histoire moral du temps présent. Paris: Gallimard/Seuil, 2010.

FASSIN, D. *La force de l'ordre*. Une anthropologie de la police des quartiers. Paris: Seuil, 2011.

FASSIN, D.; EIDELIMAN, J.S. *Économies morales contemporaines*. Paris: La Découverte, 2012.

FASSIN, D.; *et al.* *Juger, réprimer, accompagner*. Essai sur la morale de l'État. Paris: Seuil, 2013.

FONSECA, R.L.T.M. *Dilemas da decisão judicial*. As representações de juízes brasileiros sobre o princípio do livre convencimento motivado. 2008. 266 f. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2008.

FOUCAULT, M. *Histoire de la folie l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1977.

FOUCAULT, M. *Naissance de la clinique*. Paris: QUADRIGE/PUF, 2007.

FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FOUCAULT, M. *Les Mots et les Choses*. Une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, Tel, 1966.

FOUCAULT, M. *La Verdad y las formas jurídicas*. Barcelona : Gedisa, 1980.

FOUCAULT, M. Le souci de la vérité. Propos recueillis par François Ewald. In: *Magazine Littéraire*, n. 207, 1984

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XX*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FOUCAULT, M. Le jeu de Michel Foucault. In: FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. T. II. Paris: Gallimard, 1994, p. 298-329.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. São Paulo, Ed. Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2003.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRASER, N. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition? A Political-philosophical Exchange*. London, New York: Verso, 2003.

GARAPON, A. Michel Foucault: un visionnaire du droit contemporain. *Raisons Politiques*, n. 52, 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2013-4-page-39.htm>.

GARCIA, I.J. *A Produção de Justiça: um estudo sobre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 1997.

GREGORI, M.F. *Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1993a.

GREGORI, M. F. As desventuras do vitimismo. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 143-150, 1993b.

GREGORI, M. F. Violence and Gender: political paradoxes, conceptual shifts. *Vibrant*, v. 7, n. 2, p. 216-235, 2010.

GROSSI, M.P. Velhas e novas violências contra a mulher: 15 anos de lutas e estudos feministas. *Revista Estudos Feministas*, Número Especial, p. 473-484, 1994.

GROSSI, M.P. O significado da violência nas relações de gênero no Brasil. In: *Sexualidade, Gênero e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1995.

GROSSI, M.P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo- conjugal. PEDRO, J.; GROSSI, M.P. *Masculino, Feminino, Plural*. Gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis, Ed. Mulheres, 1998.

GROSSI, M.P. Ajudando a iluminar o caminho das pesquisas sobre gênero e violência. In: GROSSI, M. P. et al. (org.) *Gênero e violência*. Pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

GROSSI, M. P. Violência, gênero e sofrimento. In: RIFIOTIS, T.; HYRA RODRIGUES, T. (orgs.). *Educação e Direitos Humanos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011, p. 121-134.

GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; PORTO, R. *Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; LOSSO, J. C. M. *Gênero e Violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

GUBER, R. *La Etnografía. Método, campo y reflexividad*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2001.

HONNETH, A. *Lutas por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.

JACKIEWICZ, A. Outils notionnels pour l'analyse des controverses. *Questions de communication*, n. 31, p. 137-159, 2017.

KANT DE LIMA, R. Ordem Pública e Pública Desordem: modelos processuais de controle Social em uma perspectiva comparada (Inquérito e *Jury System*). *Anuário Antropológico*, v. 13, n. 1, p. 21-44, 1989.

KANT DE LIMA, R. Sensibilidades jurídicas, saber e poder: bases culturais de alguns aspectos do direito brasileiro em uma perspectiva comparada. *Anuário Antropológico*, v. 35, n. 2, p. 25-51, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/885>. Acesso em 7 de julho de 2019.

- KANT DE LIMA, R. *Ensaio de Antropologia e Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011.
- LATOUR, B. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LATOUR, B. *La fabrique du droit. Une ethnographie du Conseil d'État*. Paris: La Découverte, 2004.
- LATOUR, B. *Reensamblar lo social. una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LATOUR, B. Faturas/Fraturas: da noção de rede à noção de vínculo. *Revista Ilha*, v. 17, n. 2, p. 123-146, 2015. [Trad. Theophilos Rifiotis; Jean Segata; Dalila Petry].
- LAVIGNE, G. *L'intervention sociojudiciaire comme réponse à la violence conjugale*. Rapport d'analyse d'un champ de pratique présenté à la Faculté des études supérieures en vue de l'obtention du grade de maître ès sciences en service social. Montréal, Université de Montréal, 2005.
- LÉGER-RIOPEL, N.; VIAUD, A. La structure conceptuelle des controverses juridiques: petite anatomie des cas dits "difficiles". *Lex Electronica*, v. 18, n. 2, p. 1-28, 2013.
- LIMA, A.C.S. *Gestar e gerir*. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2002.
- LIMA, D.C.; BÜCHELE, F.; CLÍMACO, D.A. Homens, Gênero e Violência Contra a Mulher. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n. 2, p.69-81, 2008.
- LODETTI, A. S. *A Produção do Feminicídio: uma arqueologia dos discursos feministas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal 2011-2015*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.
- MACHADO, L. Z. *Feminismo em movimento*. Brasília: Editora Francis, 2010.



- MACIEL, D. A. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, n. 77, out. 2011.
- MACIEL, D. A.; KOERNER, A. Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova*, n. 57, p. 115-133, 2002.
- MAGISTRIS, Gabriela. *El magnetismo de los derechos*. Narrativas y tensiones en la institucionalización de los Sistemas de Protección de Derechos de los niños, niñas y adolescentes en la provincia de Buenos Aires (2005-2011). Tese de Mestrado – Escuela de Humanidades, Universidad Nacional de San Martín, 2012. Disponível em: <https://www.academica.org/gabrielamagistris/25>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.
- MALUF, S.W. Por uma antropologia do sujeito: da Pessoa aos modos de subjetivação. *Campos*. Revista de Antropologia, v. 14, n. 1/2, 2013.
- MÉADEL, C. Les controverses comme apprentissage. *Hermès, La Revue*, v. 3, n. 3, p. 45-50, 2015.
- MENEGHEL, S. N. et al. Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, n. 3, 2013.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Maria da Penha: constitucionalidade, âmbitos de aplicação e questões controvertidas quanto à incidência da lei. *Caderno de Jurisprudência*, n. 1, 2017.
- MITCHELL, T. Society, economy, and the state effect. In: STEINMETZ, G. (ed.). *State/ Culture: State-Formation after the Cultural Turn*. Ithaca: Cornell Univ. Press, 1999, p. 76–97.
- MORIER, Y.; BLUTEAU, C.; BRUNEAU, G.; LESSARD, C. BEAUDET, P. *Intervention sociojudiciaire en violence conjugale*. Montréal: Wilson & Lafleur Ltée, 1991.
- MUNIZ, J. Os direitos dos outros e outros direitos: um estudo sobre a negociação de conflitos nas DEAMs/RJ. In: SOARES, L. E. et al. *Violência*

*e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER; Relume Dumará, 1996, p. 125-64.

NADER, L. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 26, 1994.

OLIVEIRA, M.B. *Justiça do diálogo: uma análise da mediação extrajudicial*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ORTNER, S. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, n. 28, p. 375-405, 2007.

ORTNER, S. Teoria antropológica desde os anos 60. *Mana*, v. 17, n. 2, p. 419-466, 2011.

PARENT, C. Face à l'insoutenable de la violence contre les conjointes: les femmes como actrices sociales. In: DEBUYST, C.; DIGNEFFE, F.; KAMINSKI, D.; PARENT, C. *Essais sur le tragique et la rationalité pénale*. Bruxelles: Éditions De Boeck Université, 2002, p. 83-103.

PASINATO, W. Lei Maria da Penha. Novas abordagens sobre velhas propostas. Onde avançamos? *Civitas*. Revista de Ciências Sociais, v. 10, n. 2, p. 216-232, 2010.

PASINATO, W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, v. 11, n. 2, jul.-dez 2015.

PEDROSO, J. Percurso(s) da(s) reforma(s) da administração da justiça – uma nova relação entre o judicial e o não judicial. *Oficinas do Centro de Estudos Sociais*, 171, p. 1-43, abr. 2002.

PEDROSO, J.; TRINCÃO, C.; DIAS, J. P. *Percurso(s) da informalização e da desjudicialização*. Por caminhos da reforma da administração da justiça (análise comparada). Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2001.

PÉLISSE, J. Judicialisation ou juridicisation? Usages et réappropriations du droit dans les conflits du travail. *Politix*, n. 86, p. 73-96, 2009/2.

PIRES, A. A racionalidade penal moderna, o público e os Direitos Humanos. *Novos Estudos*, n. 68, p. 39-60, 2004.

PORTO, P. R. F. *Violência doméstica e familiar contra a mulher*. Lei 11340/2006, análise crítica e sistêmica. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

POUGY, L.G. Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. *Revista Katálysis*, UFSC, v. 13, n. 1, p. 76-85, 2010.

RABINOW, P. Anthropos aujourd'hui. *Anthropologie et Sociétés*, v. 27, n. 3, p. 1-7, 2003.

RAMOS, J. S. Poder tutelar e formação do Estado brasileiro: o Serviço de Povoamento do solo nacional 1907-1918. In: LIMA, A.C.S. (org.). *Gestar e gerir*. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia Política/UFRJ, 2002, p.51-83.

RIBEIRO, R.J. Os direitos do homem podem ameaçar a democracia? In: RIFIOTIS, T.; HYRA RODRIGUES, T. *Educação em Direitos Humanos*. Discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

RIFIOTIS, T. Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em Primeira Mão*, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UFSC, n. 19, 1997.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: declaração, estratégia, campo de trabalho e ética. In: *Boletim da ABA*, n. 30, 2º semestre de 1998, p. 41-43.

RIFIOTIS, T. Violência policial na imprensa de São Paulo. O leitor-modelo no caso da Polícia Militar na Favela Naval (Diadema). *Revista São Paulo em Perspectiva* (Fundação Seade), São Paulo, v.13, n. 2, p. 28-41, 1999.

RIFIOTIS, T. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n.1, 2004.

RIFIOTIS, T. Alice do outro lado do espelho: revisitando as matrizes do campo das violências e dos conflitos sociais. *Revista de Ciências Sociais*, UFC, v. 37, n. 2, 2006.

RIFIOTIS, T. Ancestrality and age conflicts in black-african societies. In: AGUILAR, M.I. (ed.). *Rethinking Age in Africa: Colonial, Post-Colonial, and Contemporary Interpretations of Cultural Representations*. Trenton (USA): Africa World Press, 2007a.

RIFIOTIS, T. O Idoso e a sociedade moderna: desafios da gerontologia. *Pro-Posições*, UNICAMP, v. 18, n. 1 [52], p.137-151, 2007b.

RIFIOTIS, T. Sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: SILVEIRA, R.M.G. et al. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária, 2007c.

RIFIOTIS, T. Derechos Humanos y otros derechos: aporías sobre el proceso de judicirización y la institucionalización de los movimientos sociales. In: ISLA, A. *En los márgenes de la ley*. Buenos Aires: Paidós, 2007d, p. 229-250.

RIFIOTIS, T. Violência e poder: avesso do avesso? In: NOBRE, R.F. *O poder no pensamento social: dissonâncias do mesmo tema*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a, p. 153-173.

RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2008b.

RIFIOTIS, T. Direitos Humanos e outros direitos: aporias sobre processos de judicialização e institucionalização de movimentos sociais. In: RIFIOTIS, T.; HYRA RODRIGUES, T. *Educação em Direitos Humanos*. Discursos críticos e temas contemporâneos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2010. (Traduzido da versão em espanhol, publicada pela Paidós, 2007).

RIFIOTIS, T. Violência conjugal e acesso à justiça: um olhar crítico sobre a judicialização das relações sociais. In: LIMA, A.C.S. *Antropologia e Direito. Temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa / LACED/Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

RIFIOTIS, T. Judicialização dos direitos humanos, lutas por reconhecimento e políticas públicas no Brasil: Configurações de sujeito. *Revista de Antropologia* (USP. Impresso), v. 57, p. 119-149, 2014a.

RIFIOTIS, T. Entre teoria, estética e moral: repensando os lugares da antropologia na agenda social da produção de justiça. In: *Antropologia em Primeira Mão*, UFSC, 2014b.

RIFIOTIS, T. Violência, Justiça e Direitos Humanos: reflexões sobre a judicialização das relações sociais no campo da “violência de gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 261-295, julho-dezembro 2015.

RIFIOTIS, T. Judicialização das Relações Sociais. *Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 7, p. 26-39, nov. 2017.

RIFIOTIS, T. Entre l'État, les institutions et les sujets: Considérations sur l'assujettissement, la résistance et les moralités. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, v. 43, n. 2, p. 337-359, 2018.

RIFIOTIS, T.; MATOS, M. Judicialização, Direitos Humanos e Cidadania. In: FERREIRA, L.F.G. et al. *Direitos Humanos na Educação Superior: Subsídios para a Educação em Direitos Humanos nas Ciências Sociais*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 241-288.

RIFIOTIS, T.; CASTELNUOVO, N. (orgs.). *Antropología, violencia y justicia: repensando matrices de la sociabilidad contemporánea en el campo del género y de la familia*. Buenos Aires: Antropofagia, 2011.

RIFIOTIS, T.; VIEIRA, D. (orgs.) *Um olhar antropológico sobre “violência” e justiça: etnografias, ensaios e estudos de narrativas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012.

RIFIOTIS, T.; CARDOZO, F.; GARCIA, I.J. *Estudos da judicialização da “violência de gênero” e difusão de práticas alternativas numa perspectiva*

*comparada entre Brasil e Argentina*. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. Florianópolis, 2016. Disponível em: [https://levis.cfh.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/11/Projeto\\_CNPq\\_portugues.pdf](https://levis.cfh.ufsc.br/wp-content/uploads/2018/11/Projeto_CNPq_portugues.pdf).

RIFIOTIS, T.; SEGATA, J. (orgs.) *Políticas Etnográficas no Campo da Moral*. Porto Alegre: UFRGS/ABA Publicações, 2018.

ROBERTS, J; PIRES, A P. Le renvoi et la classification des infractions d'agression sexuelle. *Criminologie (Montréal)*, v. 25, n. 1, p. 27-63, 1992.

ROUVILLOIS, F. (org.). *La société au risque de la judiciarisation*. Paris: LexisNexis, 2008.

SABOT, P. Lire “*Les mots et les choses*” de Michel Foucault. Paris: PUF, 2015.

SARMENTO, R.; ANDRADE, L. No jornal e no tribunal: controvérsias discursivas sobre a Lei Maria da Penha. *Teoria & Sociedade*, v. 25, p. 176-196, 2017.

SEGATO, R. L. *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2013.

SIMIÃO, D. S. *As donas da palavra: gênero, justiça e a invenção da “violência” doméstica*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

SIMIÃO, D.S.; OLIVEIRA, L.R.C. Judicialização e estratégias de controle da violência doméstica: a suspensão condicional do processo no Distrito Federal entre 2010 e 2011. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 3, p. 845-874, 2016.

SOARES, B. M. *Mulheres invisíveis: violência conjugal e as novas políticas de segurança*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

STENGERS, I. Une pratique cosmopolitique du droit est-elle possible? Entretien avec Laurent de Sutter. *Cosmopolitiques*, 8, p. 14-33, 2004 (Pratiques cosmopolitiques du droit).

- STRATHERN, M. Double standards. In: HOWELL, S. (org.) *The Ethnography of Moralities*. London: Routledge, 1997, p. 127-151.
- SUTTER, L; GUTWIRTH, L. Droit et cosmopolitique. Notes sur la contribution de Bruno Latour à la pensée du droit. *Droit et société*, 56-57, p. 259-286, 2004.
- VANNEAU, Victoria. *La paix des ménages*. Histoire des violences conjugales, XIXe-XXIe siècle. Paris: Anamosa, 2016.
- VENTURINI, T. Diving in magma: how to explore controversies with actor network theory. *Public Understanding of Science*, v. 19, n. 3, p. 258-273, 2010.
- VIANNA, A. R. B. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, Roberto Kant (org.). *Antropologia e Direitos Humanos – Prêmio ABA Ford Direitos Humanos*. Niterói: EdUFF, 2005, p. 13-68.
- VIANNA, L.W.; CARVALHO, M.A.R.; MELO, M.P.C.; BURGOS, M.B. *A Judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.
- WENDEL, J. R., SHORE, C.; FELDMAN, G.; LATHROP, S. Toward an Anthropology of Public Policy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 600, p. 30-51, 2005.
- WIEVIORKA, M. *Violence en France*. Paris: Seuil, 1999.
- WIEVIORKA, M. *La Violence*. Paris: Hachette, 2005.
- ZALUAR, A. Violência e crime. In: MICELI, S. (org.) *O que ler na Ciência Social brasileira*. Antropologia (1970-1995). São Paulo/Brasília: Editora Sumaré/CAPES, 1999.
- ZALUAR, A. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.